



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Ambiente e Energia

Deputado Tiago Brandão Rodrigues

Assembleia da República, 21 de Junho de 2023

Assunto: Audição do Ministro do Ambiente e Ação Climática sobre o planeamento e o estado de concretização do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela (PRPNSE) e sobre a execução da medida inscrita no OE2023, por proposta do PCP, relativa à atualização do estado e dos planos de ordenamento das áreas protegidas.

As Jornadas Parlamentares que o PCP realizou nos passados dias 19 e 20 de Junho na região da Serra da Estrela, permitiram verificar, no terreno, os problemas que persistem em resultado dos mais de 19 mil hectares ardidos em 2017, a que se somaram os 28 mil hectares ardidos em 2022 no Parque Natural da Serra da Estrela.

Passado quase um ano desde o grande incêndio de 2022, há madeira ardida que continua por retirar, há rede primária de faixas de gestão de combustível que continua por concretizar, há recuperação de solos, florestação de áreas ardidas e recuperação de ecossistemas que continuam por realizar.

O PCP, apesar de desde há muito tempo ter vindo a alertar para o investimento necessário na floresta e nas áreas protegidas, apresentando medidas concretas que



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

permitiriam resolver muitos dos problemas identificados, no momento seguinte aos incêndios ocorridos em 2022 apresentou uma iniciativa relativa a um Plano de Emergência para a Serra da Estrela, onde se incluíam um conjunto de medidas e propostas visando responder à urgente recuperação das áreas ardidas e à necessária valorização da recuperação dos valores naturais existentes e que justificaram a integração deste território na rede Nacional de Áreas Protegidas, criando o Parque Natural da Serra da Estrela.

No entanto, a iniciativa apresentada pelo PCP foi rejeitada e o Governo avançou com a criação do Plano de Revitalização da Serra da Estrela e o anúncio de 8,9 milhões de euros para ações urgentes a realizar nas áreas ardidas.

Face ao estado em que se encontra esta área, importa conhecer que projetos e medidas foram concretizados, com que verbas, de que forma e por que entidades. E importa conhecer que seguimento e que monitorização tem sido feita pelo ICNF, ao longo de todo este processo.

É também fundamental conhecer que medidas e ações vão ainda ser executadas, que avaliação se faz das verbas necessárias para a recuperação do Parque Natural da Serra da Estrela e que meios vão ver disponibilizados para realizar tudo o que ainda falta concretizar.

Destacamos que as opções políticas de sucessivos Governos têm afastado o ICNF, de uma presença no território nacional que lhe cabe proteger e valorizar. Continua a faltar o reforço dos meios técnicos ou humanos do ICNF, bem como a criação de um organismo de direção intermédia da Administração Pública por cada Área Protegida, com autonomia orçamental e uma direção própria. Também esta realidade fica evidente nas visitas efetuadas pelo Grupo Parlamentar do PCP no âmbito das suas Jornadas Parlamentares na Serra da Estrela, não se conseguindo ter informação sobre a dimensão



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

do quadro técnico e operacional que se encontra dedicado ao Parque Natural da Serra da Estrela, uma área protegida com mais de 90 mil hectares. Regista-se ainda que a construção de aceiros para recolha da madeira junto a cursos de água, sem qualquer controlo ou fiscalização, agrava os problemas associados à erosão de solos.

A eliminação das estruturas diretivas de cada área protegida e a introdução do modelo de co-gestão conduziu a um maior afastamento do ICNF do território que lhe compete seguir, proteger e salvaguardar, e trouxe uma visão que secundariza a conservação dos valores naturais face à exploração económica, sem ter em conta a reabilitação e revitalização de vivências e atividades que estão intimamente ligadas a estes territórios.

Destaca-se também que os diferentes Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas, que se mantêm em vigor, foram aprovados, na sua maioria, há mais de 10 anos, não refletindo o estado atual do território, não constituindo base de referência credível para análise e aprovação de futuros projetos e intervenções.

A realidade destes territórios tem vindo a ser, em muitos casos, profundamente alterada em função de projetos e intenções de intervenção que foram sendo permitidas ao longo dos últimos 10 anos, da falta de ações com vista à defesa e salvaguarda do património natural em presença, e da ocorrência de incêndios de grande dimensão que têm vindo a alterar os ecossistemas nestas áreas.

Por isso o PCP apresentou, em sede de discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 2023, uma proposta de alteração visando a atualização da caracterização e diagnóstico do estado de conservação dos valores naturais em áreas protegidas, reforçando o orçamento do ICNF com uma verba de 1 milhão de euros para realizar esta tarefa. Essa proposta foi aprovada, constando do Artigo 186.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2023.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Contudo, quase passado meio ano desde a entrada em vigor do OE2023, desconhece-se que avanços terão sido realizados nesta matéria, que reforço de meios para o ICNF estão concretizados (se é que o estão) e qual o cronograma previsto para a realização do que foi proposto e considerado na Lei do Orçamento do Estado.

Face à situação descrita, à importância que o Parque Natural da Serra da Estrela e demais áreas protegidas detêm e merecem, e tendo em conta a falta de informação por parte do Governo e do membro que tutela esta área sobre os aspetos mencionados, vem o Grupo Parlamentar do PCP requerer a **realização de uma Audição na Comissão de Ambiente e Energia ao Ministro do Ambiente e Ação Climática**, sobre o planeamento e o estado de concretização do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela (PRPNSE) e para obter esclarecimentos quanto à execução da medida inscrita no Artigo 186.º do OE 2023, por proposta do PCP, relativa à atualização do estado e dos planos de ordenamento das áreas protegidas.

O Deputado

Duarte Alves